



TRABALHO, EDUCAÇÃO E CULTURA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERCEIRO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE E FORMAÇÃO DA SOCIEDADE LOCAL

Lucio Lord*
luciolord@hotmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a formação da sociedade norte-mato-grossense em região de Amazônia Meridional entre as décadas de 1970 e 1980. Nele é discutido como o histórico dos grupos populacionais, as relações de trabalho, a educação local e a cultura concorreram para a criação de uma sociedade com características peculiares de coesão social e legitimação da propriedade privada e da exploração intensa da mão-de-obra migrante. O estudo é realizado a partir da revisão de estudos sobre a região e de entrevistas com operários e moradores que residem na região desde a década de 1970.

Palavras-Chave: Amazônia Meridional. Povoamento. Trabalho. Educação.

1 INTRODUÇÃO

Estudos realizados sobre o processo de ocupação da região norte-mato-grossense ocorrido a partir de 1970 destacam como características a violência contra povos indígenas e moradores tradicionais, a grilagem de terras, o assassinato e perseguição àqueles que se opunham (CUNHA, 2006; OLIVEIRA, 1997). O histórico deste processo foi discutido nacionalmente e internacionalmente, sobretudo diante da extração de madeira, derrubada e queimada da Mata Amazônica e expansão da fronteira agropecuária. Foi em meio a este contexto que ocorreu a formação da sociedade local.

Na última década um número significativo de estudos foi realizado por pesquisadores locais buscando compreender esta sociedade, relacionando suas características atuais com o processo de formação das décadas anteriores (TOMÉ, 2009; SOUZA, 2008; PASUCH, 2000; PICOLI, 2003). A proposta do presente artigo vai ao encontro destes esforços ao propor mais uma análise sobre a formação da sociedade local. Para tanto o artigo também parte do movimento de ocupação da década de 1970, mas tratando-o como um projeto hegemônico que utilizou das relações de trabalho como seu principal instrumento para o sucesso. Deste modo, o centro da

* Doutor em Ciências Sociais e Professor Adjunto de Sociologia na Universidade do Estado do Mato Grosso/Sinop.

análise dos argumentos e das conclusões aqui propostos é o trabalho que, entre as décadas de 1970 e 1980, girava em torno da extração da madeira em Mata Amazônica. A hipótese principal deste artigo é a de que as relações de trabalho – ao definirem a situação do emprego, renda, moradia, educação e acesso a bens e direitos – são centrais para a compreensão de qual sociedade esteve em formação no período estudado e como esse processo ocorreu. Assim o trabalho, como centro da atividade humana e estruturador da identidade das pessoas, como coloca Giddens (2007), teria dirigido a formação desta sociedade. Parte dos dados utilizados neste estudo e que fundamentam as conclusões são encontrados nos estudos dos pesquisadores locais, e parte foram coletados por entrevistas de história de vida com moradores do município de Sinop residentes no local desde a década de 1970, principalmente com famílias operárias que trabalharam em madeiras durante o período analisado¹.

2 A COLONIZAÇÃO DO NORTE MATO-GROSSENSE NOS ANOS 1970

Consideração inicial deve ser feita ao termo utilizado no título deste artigo referente à existência de um terceiro movimento de ocupação na região da Amazônia Mato-Grossense. O emprego deste termo é fundamental à análise geral proposta neste artigo sobre a formação da sociedade local. É sabido que a região possuía ocupação humana e sociedades indígenas de diversas etnias, desde os primórdios. O que se omite é a informação de que havia ocupação humana de grupos mestiços e brancos de décadas anteriores ao período da política de colonização do regime militar da década de 1970. As narrativas oficiais da ocupação desta região do país, colocadas pelo material didático distribuído às escolas e presentes na maior parte dos estudos científicos locais, falam do ingresso da população branca durante a política de povoamento e defesa de fronteira na década de 1970, do contato com populações indígenas durante este processo e de um trabalho árduo de construção de cidades em meio à mata, mas não comentam a

¹ Como pesquisas locais podem ser consultados os trabalhos de Tomé (2009); Souza (2008); Pasuch (2000) e Fiorelo (2003). Apesar destes estudos não esgotarem a produção dos pesquisadores locais, servem como referências consistentes para uma análise geral sobre a região. As entrevistas com famílias operárias locais foram realizadas entre julho de 2010 e novembro de 2011, dentro das disciplinas de Antropologia Aplicada e de Sociologia Geral e Urbana, em trabalho de campo dos discentes dos cursos de Administração (primeiro semestre) e Engenharia Civil (oitavo semestre), coordenadas e acompanhadas pelo docente Prof. Dr. Lucio Lord. Os dados completos destes levantamentos estão nos relatórios de pesquisa impressos disponíveis nos Departamentos dos respectivos Cursos de Graduação, disponíveis no Acervo da Biblioteca do Campus e divulgados em cursos como o de Estudos Urbanos I executado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Parecer n.165/2011 PROEC/UNEMAT).

existência de outros grupos no local. Sobretudo as monografias de graduação e pós-graduação *lato sensu* apresentadas nas Instituições de Ensino Superior da região norte do Estado mostram históricos acrílicos sobre o processo de ocupação das décadas de 1970 e 1980, valorizando o discurso do progresso da colonização.

Contudo, as narrativas de famílias operárias que chegaram nos anos de 1970 à região, em especial à Sinop a partir de 1974, constantemente mencionam a descoberta da existência de casas abandonadas nas margens dos rios, como no rio Teles Pires que compõe a Bacia Amazônica. Estes fazem referência a moradias com características arquitetônicas comuns às habitações caipiras do país, com varandas e repartições internas e abandonadas há pouco tempo quando da descoberta. Na história oficial da região não se tem significativas informações a este respeito, mas estudos como o desenvolvido por Oliveira (1997) apontam para um processo de ocupação legitimado pelo governo militar na década de 1970 que tinha como prática a expulsão de grupos sociais já residentes na região, tanto os de etnias indígenas como mestiços ou brancos.

Em função disto o presente artigo defende que o projeto de colonização sulista sobre o norte do Mato Grosso a partir da década de 1970, dirigido principalmente por empreendimento privado do estado do Paraná em parceria com o governo militar, representou um terceiro movimento de povoamento humano, marcado primeiramente pela presença de etnias indígenas, e seguido de um processo lento e silencioso de ingresso na região de grupos sociais menores, caracterizados pela composição familiar miscigenada e sem relações econômicas com qualquer outro grupo social. Justamente por esta insignificância econômica teriam estas famílias e suas histórias de existência sido silenciadas pelo terceiro movimento de ocupação humana realizado pelo Estado Brasileiro durante o regime militar dos anos de 1970. A este respeito é importante observar que o processo de ocupação dos anos 1970 esteve inserido em um contexto maior de expansão do capital nacional e estrangeiro, estruturado e estruturante de relações macroeconômicas que se sobrepôs à natureza e aos grupos sociais locais, como colocam Souza (2008) e Picoli (2003).

Deste modo o que se convencionou chamar de “colonização” da região norte do Estado do Mato Grosso foi, de fato, um terceiro processo de ocupação humana do local. Seu principal diferencial foi constituir-se em processo eficiente em termos de formação de uma sociedade nova, em completa desvinculação com a história anterior do local e capaz de construir uma narrativa legitimada oficialmente pelo Estado que silenciou outras falas em contrário. A este

respeito é importante perceber que o discurso e a história contados sobre a colonização da região interligam-se com o exercício do poder no período, sendo parte deste mesmo poder e do seu processo de dominação, tal como é característico da ordem do discurso (Foucault, 2000). É neste sentido que deve ser percebida a eficiência do processo em construir uma nova sociedade local, mesmo que para tanto tenha utilizado a grilagem, a violência e a corrupção, como mostra Oliveira (1997).

Existem, é verdade, referências a etnias indígenas que residiam na região no período inicial da colonização. Mas a história oficial não dedica explicações sobre o paradeiro atual ou sobre o destino dado na época para estes grupos sociais. Já as narrativas de moradores mais antigos da cidade de Sinop e que trabalharam nas frentes de abertura da Mata Amazônica e construção de estradas na década de 1970 falam da prática de expulsão e mesmo de extermínio destes indígenas. De qualquer modo, como dito acima, foi extremamente eficiente o processo de colonização por não registrar ou não permitir o registro destes fatos da história local. Para além disto, no caso dos indígenas vigora no inconsciente coletivo do país uma mistificação ou caricatura que prejudica o entendimento destas etnias como grupos sociais componentes da sociedade brasileira. No caso de Sinop e região este é um fator que auxilia no entendimento de porquê não haver interesse em referenciar na história local a presença do indígena.

3 A BUSCA POR TRABALHO NA REGIÃO DE MATA AMAZÔNICA

O projeto de ocupação do norte do estado do Mato Grosso englobou inicialmente a proposta de produção agrícola. Logo nos primeiros anos deste projeto, em meados da década de 1970, a produção agrícola como atividade econômica mostrou-se inviável pelas características do solo, pela dificuldade de crédito a pequenos agricultores e isolamento em relação ao mercado de consumo para os produtos (CUNHA, 2006). Nesta realidade tornou-se viável economicamente a extração da madeira na Mata Amazônica, mesmo diante da dificuldade de escoamento do produto para as regiões sul e sudeste por falta de rodovias pavimentadas. A vantagem da extração da madeira ocorreu porque a) era um produto em abundância na região; b) realizava a abertura de terras para pecuária e agricultura; c) utilizava mão-de-obra de baixa qualificação, baixo custo e disponível graças ao aliciamento de famílias operárias e camponesas de outros estados do país.

A instalação de madeireiras no norte do estado do Mato Grosso ocorreu mediante expansão de empresas da região sul e sudeste, transferência de maquinário e funcionários para atuarem na manutenção destas. Os funcionários deslocados para esta região trouxeram suas famílias, esposas e filhos que passaram a residir nas moradias ofertadas pelas empresas mediante o sistema de vila operária. O principal motivador deste deslocamento eram as promessas de melhores condições de salário, ascensão profissional na empresa e emprego para os familiares. Para as etapas da produção, como a derrubada, corte e preparo para escoamento, estas empresas empregaram a mão-de-obra de famílias que vieram para a região em busca do “el dorado” propagandeado pelas empresas colonizadoras. O poder da propaganda do “el dorado” como terra ou local onde era possível enriquecer, somente pode ser compreendida em sua profundidade quando analisado o contexto da época e as condições das famílias migrantes. As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo aumento da precariedade da vida da população campesina, situação provocada estrategicamente pelo governo brasileiro para garantir, pelo êxodo, mão-de-obra abundante ao processo de industrialização tardia que ocorria no país (VALLA, 1988). A propaganda da colonização do norte do estado do Mato Grosso, no que diz respeito ao aliciamento de mão-de-obra, foi dirigida a uma população que experienciou em anos anteriores a precarização das condições de vida de tal forma que não havia outra alternativa além da migração – ou para as periferias dos grandes centros, ou para “enriquecer” no centro-oeste. Assim, mais do que uma promessa de riqueza, a propaganda da colonização significava àquelas famílias a fuga da pobreza e da miséria em suas regiões de origem.

O modo como as famílias campesinas e operárias transitaram de suas regiões originárias para o norte do estado do Mato Grosso é similar ao processo de migração no país de modo geral. Trata-se de vender os poucos bens e posses e embarcar literalmente em uma viagem onde a maior bagagem é a família e a esperança. Na década de 1970 o trajeto de Cuiabá até Sinop, 550 km, onde parte da estrada recentemente fora aberta, levava uma semana. Por isto, era necessário trazer mantimentos para a viagem. A chegada em Sinop era um evento importante para o local, sobretudo porque estas famílias nos primeiros anos da cidade eram esperadas pelos demais moradores. Os empresários, que em muito pouco se distinguiam dos operários no que diz respeito a condições de moradia, vestuário e alimentação, aguardavam seus novos funcionários. A este respeito, muitos dos relatos dos operários da época mostram a existência de parentesco ou amizade entre suas famílias e os proprietários das madeireiras ou outros funcionários delas. As

famílias que chegaram na região de Sinop na década de 1970 eram, em grande parte, pessoas conhecidas ou com referências. Ocorria, deste modo, um sistema amplo e eficiente caracterizando uma rede de relações e informações que cumpria o duplo papel de divulgar o projeto de colonização nas regiões sul e sudeste de modo selecionado quanto ao público e de garantir a inserção destas famílias migrantes na estrutura e relações sociais em formação em Sinop.

Este sistema foi fundamental para que as condições de trabalho, análogas às de trabalho escravo, durante a extração de madeira fossem aceitas sem questionamentos pelos operários. O Estado do Mato Grosso no período foi denunciado diversas vezes nacionalmente e internacionalmente pela prática de trabalho escravo ou análogo às condições de trabalho escravo em fazendas e madeireiras. Sobretudo na década de 1980, com a expansão da extração de madeira em direção ao norte de Sinop, o trabalho dos homens durava semanas inteiras distante da família, em meio às matas, sem alojamento, alimentação ou equipamentos adequados.

No pátio das madeireiras, mesmo quando elas estavam mais próximas da cidade, era comum o trabalho sem equipamento de segurança e por longas jornadas diárias. Somavam-se a isto as doenças da região como dengue, malária, amarelão e picadas de animais peçonhentos. Esta situação de trabalho garantiu, para as décadas seguintes, o acúmulo de capital pelos proprietários das madeireiras e a crescente estratificação a partir da desigualdade social.

4 DA MORADIA EM VILAS OPERÁRIAS E DA EDUCAÇÃO

O entendimento de quem eram as famílias operárias, das suas realidades nas regiões de origem e de como foram recebidas em Sinop é fundamental para a compreensão das relações sociais e concepções em formação nesta região do país entre as décadas de 1970 e 1980. As narrativas dos operários das madeireiras daquele período revelam sentimentos como a admiração, o respeito e a amizade destes para com os empregadores. Também os laços de apadrinhamento e casamento permitem identificar o círculo das relações destas famílias. O sistema de moradia em vila operária existente nas madeireiras permite explicar as relações dos operários entre si, destes com seus empregadores e com a sociedade local em formação.

O sistema de vila operária é conhecido pelas suas características de reafirmar os valores do mundo do trabalho, envolvendo a família do operário, limitando suas relações com o restante da sociedade e influenciando profundamente nas concepções e percepção de mundo de seus

moradores. Ao estudar os trabalhadores das minas de carvão mineral no sul da França, Eckert (1993) constatou que as empresas haviam construído vilas operárias em seus arredores para fixar funcionários e suas famílias. O conjunto de vilas operárias e os serviços ofertados pelas empresas para seus funcionários geraram verdadeiras cidades. Esta capacidade de determinadas empresas gerarem cidades é um fenômeno identificado em diversas regiões do mundo, como mostra Giddens (2007). Mas o estudo desenvolvido por Eckert é significativo por mostrar que o trabalho na empresa, junto à vida em vilas operárias, cria uma dinâmica de experiências comuns, espaços sociais coletivos onde o tema central das discussões, inclusive os temas discutidos no ambiente familiar, são aqueles sobre o trabalho. Isto ocorre porque a vida da família operária é englobada pelo universo da empresa, a ponto dos temas do trabalho serem os temas discutidos no espaço privado da família. O universo da empresa engloba o universo das famílias.

Neste cenário os planejamentos e expectativas familiares voltam-se para o mundo da empresa. Os planos para o futuro dos filhos são elaborados dentro das possibilidades de trabalho, renda e acesso a produtos que a empresa permite. Os casamentos e apadrinhamentos são planejados envolvendo aquelas famílias da convivência no espaço da empresa. Deste modo o mundo do trabalho torna-se o mundo referência das famílias, permitindo expectativas dentro daquela realidade e negando possibilidades diferentes de se pensar o futuro e de entender a realidade para além daquela vivida na empresa.

O trabalho em empresas com o sistema de vila operária cria uma cultura própria àquele espaço e àquele grupo de operários. Ser operário daquela empresa diz quem é aquele indivíduo, constrói sua identidade diante do mundo. E a identidade faz mais do que dizer quem é o indivíduo, ela orienta as suas ações na sociedade (MISCHE, 1997). E como mostrou Eckert (1993), quando a empresa se extingue resta aos operários as memórias. Estas memórias do “mundo do trabalho” cumprem, então, o papel de ainda orientar aqueles indivíduos. Mas por não existir mais aquele mundo do trabalho, para as novas gerações resta a dificuldade de compreender o mundo e orientar suas ações, pois oscilam entre as narrativas dos mais velhos sobre um mundo já extinto, e entre um mundo novo e desconhecido no qual precisarão buscar sua subsistência pelo trabalho (LORD, 2001).

No caso das madeireiras do norte do Estado do Mato Grosso, a análise da moradia na empresa auxilia para a compreensão das relações sociais estabelecidas no espaço da empresa e mesmo na sociedade local em formação. A garantia de moradia ofertada pela empresa fazia parte

dos benefícios que atraíam as famílias para a região e para o trabalho nas madeireiras. A possibilidade de não ter custos com moradia e de ter um espaço de residência à espera tornava as expectativas com a migração mais seguras e garantia a vinda da família inteira – pais, e filhos, e, as às vezes, inclusive os avós e irmãos.

As casas ficavam localizadas na área da propriedade da empresa, de forma estratégica voltadas para o pátio de trabalho. A distância entre a área de produção, como o corte e estoque da madeira, e as residências era mínima e permitia que o ruído do trabalho, a poeira e a fumaça fizessem parte da paisagem das vilas operárias. Nos finais de semana o pátio da empresa tinha parte ocupada pelas brincadeiras das crianças. E com a proximidade das residências em relação à empresa, as famílias auxiliavam na segurança do patrimônio da madeireira. No mesmo sentido que as famílias zelavam pelo patrimônio da empresa, esta controlava e, em certo sentido, zelava pelas famílias. O zelo da empresa em relação às famílias ocorria pela manutenção das residências e, sobretudo, pelo controle do uso dos espaços e das relações no interior das residências e entre a vizinhança dentro da vila operária. Não era permitido o alcoolismo, a violência, a vadiagem. Também não era aceito o divórcio, o abandono da família e qualquer outra forma de desconstituição do núcleo familiar. Isto porque a família foi centro estratégico do processo produtivo de extração da madeira e da constituição da nova sociedade no norte do Estado do Mato Grosso nas décadas de 1970 e 1980.

A família foi centro e pilar da colonização norte-mato-grossense. O homem teve papel principal na oferta da mão-de-obra, foi o obreiro e produtor da transformação e domínio humano sobre a natureza local. Para tanto o espaço da casa deveria oferecer-lhe proteção e alimentação, trabalho este desempenhado pela mulher. Quando o operário acordava às cinco horas da manhã para iniciar os trabalhos na madeireira às seis horas, sua esposa já havia despertado uma hora antes e preparado sua roupa e sua alimentação. Quando este homem deitava para dormir à noite, sua esposa ainda acabava de organizar a casa e era a última a recolher-se para dormir. Assim a mulher desempenhava um papel fundamental no cuidado do homem para o trabalho. Paralelo a isto, em alguns casos a mulher também trabalhava na empresa, mas limitada às atividades do espaço da madeireira para permanecer próxima da casa. Já o trabalho de extração de madeira e derrubada da mata era atividade única e exclusiva masculina.

A família também foi centro e pilar da colonização norte-mato-grossense quando considerada sua nova geração – os filhos. Mais ainda, a análise da educação local no período

mostra que foi, sem dúvida, sobre a nova geração que se depositou o projeto da nova sociedade no norte do Estado do Mato Grosso. Este aspecto do papel da nova geração no projeto de uma nova sociedade pode ser melhor compreendido a partir das análises de Arendt (2005). Para a autora a nova sociedade somente é possível a partir de um projeto sobre a nova geração e tendo como instrumento a educação. Este aspecto pode ser observado no caso da colonização norte-mato-grossense, como mostrou Tomé (2009). A Escola foi instrumento de difusão e mesmo de imposição da noção de “pioneirismo” como sinônimo de desbravamento, conquista, progresso. A narrativa construída pela empresa colonizadora que criou as cidades da região na década de 1970 era ensinada nas escolas à nova geração.

Por isto a escola, e a educação nela ofertada, cumpriu um papel central na construção da “nova sociedade”. A educação cumpriu com a nova geração o mesmo papel que o trabalho cumpriu com os adultos. Trabalho e Educação são importantes e necessárias chaves para o entendimento de como a sociedade no norte do Estado do Mato Grosso foi formada, o que permite explicitar sobre qual sociedade estamos tratando no período aqui analisado.

5 PARA ALÉM DO TRABALHO: A EMERGÊNCIA DA CULTURA OPERÁRIA (OU DA CULTURA LOCAL)

Mas se as condições de trabalho, moradia e educação desempenham um papel estratégico na resignificação da família operária ao criar representações de mundo, modos de agir, formas de interação com outros grupos sociais e outras manifestações da cultura, também ocorre que o trabalhador desempenha um papel na (trans)formação deste mundo. A este respeito é importante observar a análise de Lopes (1978, p.8) para quem:

Embora totalmente despojados dos meios de produção e do produto do seu trabalho, despojados também da concepção, da organização e da direção do processo de trabalho, os operários, sendo os transformadores diretos da matéria, se apropriam de uma cultura tecnológica e de um código próprio do trabalho que implicam não somente na habilidade da coordenação do cérebro e da mão, mas também em uma concepção própria das relações sociais subjacentes à produção e modelos de comportamento coerentes com tal concepção.

A análise de Lopes permite compreender que o trabalho produz um mundo específico do labor, e que ao mesmo tempo este trabalho chama o operário a ser ator na construção dos

significados de um mundo próprio. A partir disto é possível identificar que o trabalho na madeireira nas décadas de 1970 e 1980 foi capaz de criar um mundo único por ser diferenciado daquele deixado no lugar de origem do migrante. Mas único também porque, ao ser um mundo do trabalho, permitiu aos operários criarem seu mundo próprio, seus significados, suas concepções sobre si e sobre os outros grupos sociais. Há, deste modo, a possibilidade de um entendimento próprio da sociedade, mesmo que este entendimento seja fruto das experiências do trabalho.

O trabalho é para o operário o meio através do qual experimenta o mundo à sua volta. Por isto, a vivência do operariado local nas décadas de 1970 e 1980, na sociedade em formação no norte do Estado do Mato Grosso, dependeu das experiências propiciadas pelo trabalho. Em função de ser a principal atividade econômica local no período, o trabalho na extração da madeira foi pilar na construção da sociedade em formação. O trabalho foi o integrador destas famílias naquela sociedade.

A partir do trabalho, e das condições que este proporcionava, foi que as famílias operárias auxiliaram na constituição da sociedade local. Apesar da vastidão de terras, as famílias operárias recém chegadas na região não foram incentivadas a cultivar a terra ou a adquirir terrenos urbanos ou rurais. O sistema de vila operária supria e suprimia a expectativa sobre a propriedade. Deste modo cumpria dois papéis, um de mistificar a propriedade privada como algo para poucos, e outro de iniciar um processo de estratificação e segregação social do espaço da cidade. Paralelo a isto, a falta de financiamento para pequenos agricultores ou operários contribuiu para a centralização da propriedade territorial – seja ela urbana ou rural.

Os mapas das cidades entre as décadas de 1970 e 1980 foram divididos em áreas ou zonas centrais, bairros residenciais, zonas industriais e glebas². As vilas operárias estavam fora deste planejamento, distantes dos poucos e limitados serviços ofertados como a educação e a saúde.

² Para situar o leitor é relevante mencionar que várias transformações ocorreram nestas áreas planejadas a partir da década de 1990 em função da mudança na estrutura de produção e sócio-econômica local. As áreas centrais obedeceram nas décadas seguintes o planejamento de tornarem-se locais de serviços e comércio, juntamente com as residências das famílias “pioneiras”. Bairros residenciais serviram para as famílias operárias com qualificação profissional, famílias “tradicionais” e pequenos empresários. As zonas industriais receberam as instalações de pequenas indústrias ou prestadoras de serviços. E as glebas, originalmente projetadas para instalação de famílias agricultoras que deveriam produzir hortaliças para a cidade, transformaram-se em bairros de periferia e sem estruturas mínimas a partir de final da década de 1990 para as famílias mais pobres locais. A constituição destes bairros mais pobres em regiões das antigas glebas atendeu especialmente a demanda por moradia de famílias operárias das madeireiras que foram fechadas pela fiscalização federal na década de 2000 dentro da política de controle do desmatamento ilegal.

Deste modo as famílias operárias dependiam da estrutura que a empresa oferecia, inclusive na educação e na religião. Os professores eram recrutados entre aquelas esposas de funcionários que tinham mais anos de escolaridade e interesse em lecionar, e os padres eram convidados a ministrar missas em feriados ou finais de semana. Pela limitação do tamanho do Clero local, nas vilas operárias eram comuns as novenas e as “capelinhas” itinerantes.

Estes espaços religiosos, assim como os demais espaços sociais coletivos, foram relevantes à formação de concepções comuns entre as famílias operárias. Isto porque o trabalho na madeireira estabelecia uma certa estratificação social entre aqueles operários que atuavam na derrubada da mata, aqueles que trabalhavam nos galpões operando máquinas de corte, aqueles que faziam um trabalho menos especializado como a disposição da madeira cortada, e aqueles que atuavam na manutenção do maquinário. Entre estes o domínio da técnica e a remuneração variava, por isto criando uma estratificação que também correspondia com a formação e grau de escolaridade. Estes aspectos geravam um grau considerável de heterogeneidade entre os trabalhadores das madeireiras, diferenças estas que eram amenizadas pela convivência em espaços comuns como os encontros de oração. As reuniões de oração eram significativas na medida em que a religião comum era o catolicismo e agregava as famílias da vila operária.

Por fim, diversos aspectos auxiliavam para que as experiências das famílias operárias das madeireiras convergissem para algo comum. A dificuldade de acesso aos serviços públicos, a limitação ao que era oferecido pela empresa madeireira, a atividade de trabalho e a moradia em vila operária compunham uma experiência única do mundo e única do estar no mundo. Emerge neste completo emaranhado de relações e percepções a cultura operária, como mostra Lopes (1978).

6 À GUIA DE CONCLUSÃO

A situação de campesino retirante ou de operário deslocado de sua região é aspecto significativo para que se compreenda a situação de trabalho existente entre as décadas de 1970 e 1980 no norte do Estado do Mato Grosso. Esta, junto à situação local, à expansão do capital em parceria com os programas do governo federal, permite compreender o não questionamento das condições de trabalho na madeireira. Não houve no período analisado manifestação ou organização do operariado das madeireiras questionado as condições de emprego, renda, moradia



ou acesso a direitos. Este diagnóstico local diferencia-se profundamente da realidade dos grandes centros urbanos do país e mesmo de outras regiões do interior onde no final de década de 1970 e durante a década de 1980 foram intensas as mobilizações sociais como mostra Vita (1989).

As análises apresentadas acima sobre o trabalho, condições de vida, cultura, religião e educação mostram que estes fenômenos concorreram para a construção social de noções sobre o que cabia a cada grupo humano na composição da nova sociedade no norte do Estado do Mato Grosso. Este processo amplo gerou também as concepções sobre o direito, a justiça, a política, a propriedade privada e legitimou a consolidação de uma estrutura social extremamente desigual para as décadas seguintes.

WORK, EDUCATION AND CULTURE: CONSIDERATIONS ON THE THIRD MOVEMENT OF OCCUPATION OF THE AMAZON OF MATO GROSSO STATE AND FORMATION OF THE LOCAL SOCIETY

ABSTRACT

This article analyzes the formation of society in Amazon region of Mato Grosso State in the decades between 1970 and 1980. It is discussed how the history of population groups, labor relations, local education and culture contribute to the creation of a society with peculiar characteristics of social cohesion and legitimacy of private property and intense exploration of labor. The study is conducted based on the review of studies on the region and interviews with workers and residents living in the region since the 1970s.

Keywords: Meridional Amazon, settlement, work, education.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A crise na educação**. In: Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do centro-oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 23, n.1, jan/jun de 2006, p.87-107.

ECKERT, Cornelia. Ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão (La Grand-Combe, França). **Cadernos de Antropologia**, n.11, Porto Alegre: La Salle, 1993.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LORD, Lucio. Nascidos na beira do trilho: um estudo antropológico na Vila dos Ferroviários/Porto Alegre, RS. **Revista IluMinuras**. Porto Alegre, n.46, 2001, p. 1-58.



MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**. N.5 e 6, 1997, p.134-150.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A fronteira amazônica matogrossense: grilagem, corrupção e violência**. Tese de livre-docência. São Paulo, USP, 1997.

PASUCH, Jaqueline. **Entrelaçamento de vozes num mundo analfabetizado: o contexto da Amazônia**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2000. Dissertação de Mestrado em Educação.

PICOLI, Fiorelo. **La industria maderera del Norte del Estado de Mato Grosso: características actuales y perspectivas de crecimiento sustentable**. Leon, Espanha: Universidad de Leon, 2003. Tese de Doutorado em Administração.

SOUZA, Edison Antônio de. **O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso**. Niterói: UFF, 2008. Tese de Doutorado em História.

TOMÉ, Cristinne Leus. **“Eu não sou professor, não”: a presença do professor na cidade de Cláudia entre 1978 e 1988**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2009. Tese de Doutorado em Educação.

VALLA, Victor Vicent. Educação popular: libertação das classes populares ou socialização da verba pública? **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, ano10, n.29, julho de 1988, p.73-85.

VITA, Álvaro de. **Sociologia da sociedade brasileira**. São Paulo: Ática, 1989.

Recebido em 29 de outubro de 2011. Aprovado em 23 de novembro de 2011.